

A RESPONSABILIDADE SOCIAL E O MERCADO INTERNACIONAL

Dr. Edmir Kuazaqui
Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)
E-mail: ekuazaqui@uol.com.br

RESUMO

O artigo procura analisar o cenário mundial em 2008 e relacioná-lo com a crise financeira internacional, avaliando seus impactos e consequências no Brasil. Efetua a descrição e a análise das práticas desenvolvidas nos âmbitos governamental e corporativo, sobretudo focando a realidade do fim dos empregos estruturais e a importância das micro e pequenas empresas. Finalmente, discute a relação entre os diferentes níveis de responsabilidade social e destaca a necessidade das empresas compreenderem seus papéis econômico e social no contexto da realidade do mercado aberto.

PALAVRAS-CHAVE: mercado internacional, responsabilidade social, micro empresas.

I INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar brevemente o desempenho comercial do Brasil no ano de 2008, contextualizando-o numa perspectiva histórica e no panorama do cenário internacional. Posteriormente, traz uma previsão das perspectivas comerciais do país em relação ao mercado externo, no ano de 2009, envolvendo os novos negócios, a inserção brasileira na América Latina, a relação com os principais emergentes, evidenciando a China e o resultado e as consequências das eleições norte-americanas. O estudo pretende, a partir deste quadro, destacar a importância da responsabilidade social corporativa para amenizar os impactos da crise internacional, bem como frisar a necessidade de uma nova orientação econômica e social. Para a construção deste trabalho, foram coletadas as impressões de especialistas das áreas de Comércio Exterior e Internacional, além de ter sido feita consulta direta ao Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC) e à sua agência de fomento APEX - Brasil (Agência de Promoção de Exportações e Investimentos), à Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) e *The Economist*. Na sequência, é trazida a análise e a discussão da responsabilidade social sob a ótica corporativa e empresarial.

II UM POUCO DE HISTÓRIA

A Carta do Atlântico, firmada em agosto de 1941 entre os líderes da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, propunha uma melhor cooperação internacional, a fim de evitar possíveis conflitos e desequilíbrios econômicos decorrentes dos mercados de matérias-primas e ocasionados pelo pós-guerra. Posteriormente, em 1944, é realizada a Conferência de Bretton Woods (em New Hampshire), gerando o Acordo de Bretton Woods, acordo esse em que os representantes dos 45 países mais ricos na época reuniram-se com o objetivo maior de estabelecerem uma nova ordem econômica e financeira mundial, em decorrência da previsibilidade de derrota da Alemanha e do Japão. Tal derrota poderia possibilitar um desequilíbrio econômico em efeito cascata, que oneraria outras nações.

A partir dessa Conferência, foi criado o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - ou Banco Mundial, que deveria conceder empréstimos de longo prazo para projetos de base, com a finalidade inicial de possibilitar a reconstrução e o desenvolvimento dos países no cenário do pós-guerra. Tais empréstimos seriam concedidos conforme critérios técnicos aos chamados, na época, países subdesenvolvidos. O BIRD teve, assim, participação importante na década de 1950, financiando a reconstrução de parte da Europa destruída pela Segunda Guerra Mundial. Além disso, na década de 1960, ajudou o Terceiro Mundo nas áreas de transportes, energia e telecomunicações; na década seguinte, de 1970, concedeu empréstimos para projetos sociais ligados principalmente à educação e à agricultura; e nos anos 1980, envolveu-se com as dívidas externas e estimulou a modernização de países.

Embora as situações ocorridas difiram em muito da atual crise global, cogitou-se em 2008 a realização de uma nova Conferência de Bretton Woods, para se tentar a recuperação da economia global. A partir desta contextualização, focaremos a situação brasileira e o cenário internacional.

III A EVOLUÇÃO COMERCIAL BRASILEIRA EM 2008

É possível analisar o desempenho do Brasil em dois momentos: no primeiro semestre, quando, de certa forma, manteve sua participação no comércio exterior; e no segundo semestre, quando os reflexos da crise econômica internacional não chegaram a influenciar fortemente os números da sua balança comercial, mas reduziram o ritmo de crescimento previsto pelo governo.

No primeiro semestre, o comércio exterior brasileiro manteve-se quase na mesma dinâmica dos anos anteriores, em que as exportações somaram US\$ 90 bilhões e as importações atingiram US\$ 79 bilhões. Com isso, o intercâmbio comercial brasileiro atingiu US\$ 169 bilhões, com um superávit de US\$ 11 bilhões. As exportações das três categorias de produtos (básicos, semimanufaturados e manufaturados) mantiveram-se na mesma tendência dos anos anteriores. As exportações de bens manufaturados responderam por 48% da pauta de exportações. As importações apresentaram forte correlação com os investimentos produtivos. A aquisição de matérias-primas e intermediários representou 48% da pauta total e a de bens de capital, 20%. Naquele ano, aumentaram as exportações para a Ásia, Europa Oriental, Oriente Médio e África, o que significou uma relevante diversificação de mercados importadores. No segundo semestre, sofreu parte das influências externas e até o início de dezembro de 2008 as exportações somaram em torno de US\$ 194 bilhões e as importações em torno de 170 bilhões, com um superávit inferior ao ano anterior.

IV O EFEITO DA CRISE INTERNACIONAL E AS ELEIÇÕES NORTE-AMERICANAS

A crise atual difere da dos anos 1990, quando a tentativa de atrair recursos voláteis ampliava a dependência dos fluxos de capital internacional. Com a lição aprendida e no sentido de atenuar a crise, mas não eliminá-la, o Brasil optou pela continuidade da contenção do endividamento interno e externo, acúmulo de reservas e pela recuperação dos programas que sustentavam o desenvolvimento de recursos naturais, como os setores de mineração e siderurgia. Com reservas internacionais mais robustas e menor endividamento, objetivava o fortalecimento das relações comerciais com os países vizinho – e um desses mecanismos de aprofundamento dessas relações foi formalizado em maio de 2008, com a Unasul, União das Nações

Sul-Americanas, a qual reúne doze países da América do Sul, que é, na verdade, um dos principais centros consumidores e produtores de alimentos e energia. Esse novo organismo tem como objetivo principal a solidificação por meio da integração física, energética, de telecomunicações, educação e ciência, que virá por meio da coordenação política, econômica e social da região.

Se na América do Sul o caminho para fugir à crise passou pela união regional, na América do Norte, seu trajeto passou pelas urnas. A posse de Barack Obama em janeiro de 2009 possui o simbolismo psicológico da recuperação da rota política e econômica, que visa à restauração da reputação norte-americana, sustentada, inclusive, por um congresso mais democrata. Entretanto, a própria situação econômica norte-americana, que partiu para uma espécie de estatização e aumento do déficit público, provavelmente fará com que o país tenha ações mais austeras em relação aos seus investimentos e às frequentes práticas protecionistas que visam diminuir as importações e salvaguardar seu comércio exterior.

Nesse mesmo cenário, países como Índia e China alavancaram, nos últimos anos, a economia internacional. Enquanto a primeira continua sua vocação européia de exportação de *softwares*, a segunda tem mantido uma média de crescimento em torno de 10% ao ano. Embora a China deva crescer menos nos próximos anos (a previsão é de em torno de 8% do PIB em 2009), a mudança gradual de sua situação econômica - de um país emergente para um mais industrializado e com o crescimento do número de consumidores de classe média - trouxe o efeito de crescimento para as outras economias que exportam e investem em solo chinês. Entretanto, a situação poderá se reverter quando a China tiver um quilate mais exportador.

1 Perspectivas de negócios para 2009

Geralmente em épocas de crise econômica, existe uma tendência de se limitar os investimentos. No contexto doméstico, na contramão desse procedimento, para manter o crescimento da economia frente à recessão internacional, o governo federal brasileiro pretende investir numa série de grandes obras para movimentar a economia interna. Tivemos anteriormente casos semelhantes, como no governo Washington Luis, que deu início, em 1926, à malha ferroviária internacional. Depois, Juscelino Kubitschek iniciou as bases da industrialização, com a construção de grandes usinas hidrelétricas. No caso do governo atual, é óbvia a postura política envolvida neste cenário pré-eleições, porém independentemente desta situação, o país se torna um bom atrativo para os investidores estrangeiros que visualizam no Brasil a figura de um emergente capaz de fornecer o consumo adicional de seus produtos e serviços, fato este confirmado inclusive pela visita de Sarkozy, presidente da França, no final de 2008.

São Paulo e Minas Gerais devem permanecer como os dois estados mais representativos na área de exportação do país. O Rodoanel paulistano propiciará maior produtividade para a indústria exportadora local e é um dos principais resultados do PAC. Evidentemente, é um trunfo eleitoral para o atual governador de São Paulo, José Serra. Entretanto, é importante salientar que todas as obras iniciadas ou finalizadas em 2009 e 2010 somam investimentos que trarão frutos aos governos seguintes, gerando produtividade, emprego e impostos que, se bem direcionados, poderão trazer ao país um grau de alavancagem em épocas de recessão.

Países emergentes como o Brasil, Rússia, Índia e China terão maior participação no comércio internacional, e o PIB mundial provavelmente não ultrapassará os 3%. A China se tornou, nos últimos anos, o principal parceiro asiático do Brasil, ultrapassando o Japão, por exemplo. Em se tratando do mercado chinês, os profissionais pontuam alguns *insights* para que uma empresa brasileira possa desenvolver suas atividades neste mercado:

01. A construção, manutenção e principalmente a orientação dirigida para os relacionamentos de longo prazo são fatores importantes para os negócios a serem efetuados com os chineses. Dessa forma, contatos estratégicos no Brasil e na China são importantes porteiros e relações públicas para as empresas estrangeiras;
02. A empresa deverá adequar sua capacidade e recursos de produção, além da tecnologia em relação à realidade do mercado chinês, bem como sua produção deve ser planejada em conformidade com o mercado comprador, obedecendo a critérios e controles de qualidade;
03. A empresa deverá construir uma engenharia financeira no sentido de adaptar seus recursos e fluxo de caixa ao investimento chinês, que tem retorno, principalmente, com orientação para o longo prazo;
04. Deve gerenciar todo o processo de criação, desenvolvimento e manutenção dos negócios e ter tanto capacidade articulatória quanto flexibilidade para se adaptar às diferenças culturais, históricas e comportamentais entre os países.

Oportunidades de negócios surgem a partir de parcerias estratégicas, como, por exemplo, a Brazil-Japan Ethanol (BJE), empresa formada entre a Petrobras e a estatal japonesa Nippon Alcohol Hanbai KK, no sentido de suprir a necessidade mundial de etanol e a necessidade do Japão de cumprir o Protocolo de Kyoto. O Brasil é o que tem maior participação nas importações japonesas do produto.

Dentro dos cenários apresentados, a condução da política econômica, financeira e comercial, na maioria dos países, será feita com a devida cautela, e provavelmente haverá redução de investimentos e despesas por parte das empresas. Por outro lado, os governos efetuarão maior controle orçamentário, para possibilitar melhor redistribuição de verba nos programas de desenvolvimento econômico e social. A seguir, é trazida uma pequena análise envolvendo a responsabilidade social contextualizada no panorama contemporâneo.

V A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS NUM CONTEXTO DE CRISE INTERNACIONAL

A realidade do mundo pós-global nos conduz a um quadro de certezas e incertezas, responsabilidades e indiferenças, que devem ser observadas para se entender as motivações das partes envolvidas. No segundo semestre de 2008, a economia internacional foi abalada pela crise, evidenciada, entre outros fatores, pela irresponsabilidade e má gestão de recursos financeiros. As economias internacionais, então, receberam de seus respectivos governos injeções de bilhões de recursos financeiros, objetivando apaziguar ou, pelo menos, reduzir os impactos oriundos dessa crise. Focou-se a importância da responsabilidade social dos empresários para a preservação dos empregos, e o conseqüente desenvolvimento das regiões. Porém, seria muito reducionista e socialista a ideia de preservar postos de trabalho em detrimento da possível queda no consumo de produtos e serviços. De certa forma, a responsabilidade social das empresas reside inicialmente em dois níveis: o primeiro se refere ao compromisso do negócio em relação aos seus colaboradores internos e externos e o segundo ao meio onde a empresa está inserida.

No primeiro nível, está a dependência econômica por parte da força de trabalho contratada e as respectivas dependências, que incluem a família, outras empresas e entidades.

No segundo nível, está a relação da empresa com o governo, por meio da geração de impostos e a respectiva distribuição de recursos para a infraestrutura da sociedade, como educação e saúde. Destacando o pensamento cartesiano, as demissões psicológicas, advindas da crise e dois meios de comunicação, oportunismos, anorexia empresarial e da essência do capitalismo, a empresa pode, por vezes, fazer a seleção de seus colaboradores via *downsizing*, por exemplo, no sentido de obter os resultados necessários para preservar o maior contingente de colaboradores internos, redundando num menor prejuízo ao sistema onde ela está inserida. Deixa, então, a relação paternalista e ocorre a adequação adulta e profissional à crise. Mas só isso não é suficiente, pela própria realidade globalizada.

A humanidade já passou por diferentes crises, que geraram um aprendizado. Diferentemente da crise de 1929, os países hoje possuem diversos mecanismos de defesa e todos partem para a racionalidade voltada à reação envolvendo uma revisão do liberalismo e fortalecendo as fronteiras nacionais. O fortalecimento ocorre pela pseudoproteção dos mercados internos, de que um dos exemplos mais contemporâneos reside na cláusula *buy american*, que está inserida no pacote do presidente norte-americano *Barack Obama*, que embora seja o presidente eleito norte-americano que mais tenha tido relacionamentos com o mercado internacional (filho de africano, viveu no meio de muçulmanos e viveu na Indonésia, por exemplo), parece que se esqueceu de que parte da origem da crise está nos Estados Unidos. E a influência da economia norte-americana na crise de outros países é bastante relevante. Longe da desglobalização, termo cunhado pelo premiê *Gordon Brown*, o fortalecimento das fronteiras e da nacionalização para preservação de empregos e impostos induz a uma situação de aprofundamento da recessão mundial.

Com todo este cenário, será comum que as empresas tenham de rever para este e os próximos anos suas metas de crescimento e adequar suas estratégias de expansão. Porém, não será com a diminuição de investimentos que elas sobreviverão neste período de incertezas. Além da otimização de recursos produtivos e humanos, as empresas deverão se lançar no mercado com novas propostas de negócios, produtos e serviços. Tomemos como exemplo hipotético uma região isolada e em crescimento vegetativo, cujas únicas fontes de recursos sejam um lago cheio de peixes, a agricultura e a pecuária rudimentares. Muitos poderiam tentar dividir racionalmente a quantidade de água e de peixes do lago, o que levaria a um consumo controlado e, por vezes, finito. Outros poderiam entender que existem técnicas reais que podem fazer com que as águas do rio produzam mais peixes e irriguem as terras, propiciando um cultivo maior e a ampliação da criação de animais. A água da chuva poderia ser armazenada, bem como talvez outros mananciais poderiam ser encontrados. Desta forma, a região poderia, dentro de um crescimento vegetativo controlado, obter ganhos de escala que iriam redundar na melhora da qualidade de vida da população.

Um outro exemplo, este real, na economia pós Segunda Guerra, produtores japoneses perceberam que onde plantavam arroz, geralmente em áreas inundadas, poderiam também criar peixes. Com os mesmos recursos, os japoneses obtiveram carboidrato e proteína, melhorando sua condição econômica e social. E talvez este

seja um dos comportamentos que poderiam fazer com que as empresas, na atualidade, contribuíssem para a minimização dos efeitos da crise internacional. Adicionalmente, os governos poderiam desenvolver e investir em planos de expansão e infraestrutura - até em razão de que alguns ativos e recursos estão mais baratos -, gerando o aquecimento das economias internas – e esse seria um comportamento de responsabilidade social.

A responsabilidade social consiste na orientação da empresa no sentido de otimizar e maximizar seus negócios, de forma que promova consequências positivas sobre os seus *stakeholders* (clientes internos e externos, colaboradores, acionistas, comunidade em geral, fornecedores e o governo), e minimize os aspectos negativos. Segundo Ferrel (2001, p.68) existem quatro tipos de responsabilidade social:

- Responsabilidade legal, que consiste nas atividades que visam ao bem estar social dentro do cumprimento de todas as leis e regulamentos governamentais.
- Responsabilidade ética, que consiste em atividades dentro de padrões de conduta aceitável.
- Responsabilidade econômica, que implica no entendimento de que a empresa é uma entidade que possibilita seu desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, daqueles com que mantém relacionamentos; e
- Responsabilidade filantrópica, que consiste em restituir à sociedade o que foi recebido. Dentro desta definição, muitos confundem filantropia com responsabilidade social. Campanhas de doação de alimentos são atividades relacionadas à filantropia, enquanto que a capacitação de novas microempresas por incubadoras (como, por exemplo, a de Guarulhos) reflete Responsabilidade Social, dentro de aspectos legais, éticos e econômicos.

Novas propostas, novos negócios, novas formas de pensar que conduzam a uma realidade sustentada de crescimento e evolução, garantindo a continuidade dos negócios e contribuindo na sustentabilidade da comunidade: é neste sentido que reside a verdadeira responsabilidade social empresarial. A seguir, uma discussão sobre a realidade do fim dos empregos estruturais e a relevância econômica e social das microempresas.

1 O fim dos empregos, a crise mundial e as micro e pequenas empresas

Jeremy Rifkin apresenta em seu livro *O Fim dos empregos*, publicado na década passada, uma visão preocupante sobre o futuro do mundo. Argumenta que o mundo está entrando em uma nova fase na história não tão brilhante quanto pregavam Alvin Toffler, em *A terceira onda*, e Marshall Mc Luhan, na sua *Aldeia global* – embora fossem seus contemporâneos. Segundo o autor, esta nova fase é o resultado do surgimento de novas tecnologias relacionadas ao processamento de dados, à robótica, às telecomunicações, em conjunto com a abertura dos mercados internacionais. A necessidade das empresas expandirem-se, com a oferta de produtos e serviços cada vez mais competitivos, tem forçado a busca de novas formas de otimização de recursos. Afirmar que a automatização e a informatização, decorrentes do uso cada vez maior de máquinas e computadores, oferecem ganhos de escala e de produtividade, além da inegável redução de custos e despesas, que, a princípio, oferece a falsa ideia de que mais pessoas poderão entrar no mercado de consumo e adquirir bens, e de que haverá a preponderância de mão-de-obra mais operacional, em detrimento da especializada. O grande problema é que boa

parte da população mundial não tem flexibilidade, agilidade e recursos suficientes para se adaptar às possíveis mudanças e transformações tecnológicas e econômicas que assolam o mundo, o que incrementa as diferenças entre as nações menos favorecidas e, ao mesmo tempo, propicia o acentuar da pobreza e da miséria em alguns casos.

A cada inovação, as empresas conseguem um aumento de produtividade, porém têm colocado à margem do trabalho milhares de operários cujas funções não são mais necessárias frente às novas realidades de mercado. Constroem, assim, a base de atividades informais. Aqueles que permanecem nos empregos, no entanto, se sentem compelidos a trabalhar cada vez mais, por salários cada vez menores. As empresas que se autodenominam competitivas têm optado por trabalhar com uma folha de pagamento cada vez menor, obrigando os trabalhadores a produzirem cada vez mais. É o chamado desemprego estrutural.

A solução proposta pelo autor para contra-atacar os impactos criados pela tecnologia está nas mãos dos governos. Implica na criação de um maior apoio para o chamado Terceiro Setor ou Setor Social, no qual, diferentemente dos setores comerciais, as mudanças de ganhos e perdas são menos importantes, e o que importa, no fim é o aspecto social. Mostra, como exemplo, o fato de que, nos Estados Unidos, na década passada, um milhão e quatrocentas mil organizações sem fins lucrativos contribuíram com aproximadamente 6% da economia e foram responsáveis por 9% do nível de emprego total. O aspecto sombrio do autor se reflete nos números que apresenta como fatos e previsões, sendo 2020, para ele, o ano em que virtualmente se esgotarão as possibilidades de emprego estrutural. Temos, portanto, onze anos para nos preparar para um mundo que se automatizou aproveitando a mão-de-obra humana, ou para, literalmente, chegarmos ao fim dos empregos estruturais.

Curiosamente, segmentos que procuraram maior produtividade por meio da mecanização e da informatização - indústria automobilística, siderúrgica e de mineração - estão sendo também afetados, além da área de serviços financeiros e imobiliários. Presenciamos, neste final da primeira década deste século, a continuidade do declínio no nível de empregos formais e uma redução do poder aquisitivo da população mundial. Anteriormente, alguns produtos eram inacessíveis a alguns consumidores; atualmente, estão nas prateleiras a preços muito acessíveis, mas a questão é: se as pessoas estão desempregadas, qual seria o preço justo a se pagar por um produto?

Não poderiam as micro e pequenas empresas comportarem algumas respostas para questões tão intrincadas?

É bastante clara a importância das micro e pequenas empresas dentro da economia regional, federal ou mesmo internacional. Entretanto, são bastante divergentes as políticas e razões pelas quais incentivos são oferecidos à manutenção das micro e pequenas empresas e não necessariamente ao desenvolvimento e crescimento desta categoria corporativa. Tomemos como exemplo o estado do Pará, famoso pela sua castanha. Boa parte da produção desse bem se origina do trabalho manual, com evidência de forte mão-de-obra extrativista e intensiva. Famílias pobres colhem e quebram manualmente, com seus martelinhos, as castanhas que são adquiridas por atravessadores e, posteriormente, industrializadas e comercializadas. A necessidade de industrialização é evidente, porém não existem

recursos e insumos governamentais necessários para equilibrar trabalho e mão-de-obra local. Consequentemente, prevalece a utilização de mão-de-obra manual em detrimento da industrialização, o que resulta em concentração da renda e aumento da pobreza.

Na verdade, desde a década de 1980, o Brasil tem incentivado a abertura de pequenos negócios, tendo como justificativa a base e necessidade filosófica empreendedora de futuros empresários. Entretanto, em muitos casos, o incentivo à abertura de micro e pequenas empresas tem sido feito, sobretudo, para atenuar os possíveis impactos da falta de estrutura e planejamento – os quais possibilitariam ao país o seu pleno desenvolvimento sustentado. A pequena renda das micro e pequenas empresas acaba por redistribuir o ônus da falta de programas que realmente possibilitariam a melhora dos números da economia. Tomemos por base o comércio exterior brasileiro. Segundo dados oficiais da Balança Comercial Brasileira, de 2008, publicados pelo Ministério do Desenvolvimento e Comércio (MDIC), estavam cadastradas 20.408 mil empresas exportadoras, das quais 50,6% eram de micro e pequeno porte, porém representavam 1,9% de todas as exportações brasileiras no período, em detrimento das grandes empresas, que representavam 21,9% e um volume de exportações na ordem de 91,9%. Os dados são totalmente excludentes, se comparados à realidade e desempenho das micro e pequenas empresas na Europa, onde têm uma participação sólida no cenário internacional, inclusive pela relação dos consórcios de exportação.

Voltemos ao caso da castanha do Pará, desta vez sobre outra ótica. O município de Xapuri, Acre, exportará para Milão, Itália, o primeiro lote de castanha orgânica, certificada para a Cooperativa Chico Mendes. Segundo dados da Cooperativa, foi exportado, em dezembro, o primeiro contêiner com vinte toneladas para abastecer grandes indústrias europeias. A operação, seguindo os preceitos do ativista Chico Mendes, é uma extensão da política de produtos socialmente corretos com a garantia de trabalho justo. Neste caso, foi efetuado o cadastro e fornecido apoio às dezenas de famílias carentes da região, além da capacitação técnica relacionada à extração e ao manuseio do produto. É a iniciativa “privada” (sic) atuando em um contexto de desenvolvimento econômico e social sustentado.

Os dados apontam que parte da crise internacional afetou também, de forma pontual, as micro e pequenas empresas, nos processos produtivos, mas não, necessariamente, naqueles com maior valor agregado. Constata-se, assim, que o faturamento das micro e pequenas empresas tem diminuído sistematicamente no Brasil, desde janeiro deste ano de 2009, levando em consideração seu desempenho em 2008. Os índices oficiais apontaram, por exemplo, uma queda de 14,4% em fevereiro nas empresas paulistas, segundo a Fundação Seade e o Sebrae. O setor mais afetado foi o industrial, seguido por comércio e serviços. Diante desse quadro, São Paulo, o polo de excelência em serviços, tem estudado a adoção de várias ações regionais, como a facilitação ao microcrédito pelo Banco do Povo, bem como outras medidas por meio das Secretarias de Emprego e Relações do Trabalho e Fazenda.

Em tempos de crise internacional, as economias devem, portanto, ter uma política industrial dentro de um planejamento estratégico, que conduza ao crescimento e desenvolvimento econômico e social. Entre as diferentes estratégias a serem adotadas, podem ser citadas aquelas relacionadas às oportunidades para os empreendedores, dentro das possibilidades de seus recursos escassos. Como

resultado, pode-se obter a inovação e renovação periódica de empresas e negócios, oportunidades e novas propostas sociais. E é neste contexto que se inserem as micro e pequenas empresas que, se numa realidade planejada, podem conduzir ao desenvolvimento. Entretanto, em muitas ocasiões, em virtude de falta de capacidade de gestão e geração de recursos, opta-se pelo discurso vazio, no qual são evidenciados os aspectos motivacionais dos empreendedores ou mesmo políticas, sem a devida sustentação prática e realista. Prova desta afirmação é que o grande volume de empresas de micro e pequeno porte que exporta e sua ínfima participação na pauta de exportações brasileiras se mantém há décadas. As micro e pequenas empresas deveriam ser, num conceito de sustentabilidade, foco de oportunidades, integração e interação regional, que poderiam se constituir num mecanismo de estratégia econômica e, por vezes, de renovação periódica de oportunidades de negócios e talentos.

VI CONCLUSÕES

A crise internacional proporcionará o enfraquecimento dos países mais ricos em relação aos emergentes, em geral. Prova disso é a próprio desempenho negativo das montadoras norte-americanas, bem como o anúncio do déficit da Toyota, ícone da indústria automobilística japonesa, no final de 2008. Na contramão, alguns países emergentes, como o Brasil, terão possibilidades de crescimento.

A crise financeira mundial é mais uma oportunidade de repensar os modelos econômicos, sem que haja a dilapidação de recursos naturais. As práticas que visam à sustentabilidade do planeta, geralmente, miram o desenvolvimento industrial, visto como seu grande vilão. E, infelizmente, como pretexto para não se prejudicar ainda mais a indústria no contexto da crise global, a sustentabilidade tem sido assunto deixado para depois.

Tivemos, em 2008, a possibilidade de retomar *Bretton Woods* e construir uma nova arquitetura econômica e financeira no sentido de assegurar a continuidade de expansão do comércio internacional. Mas existem diferentes alternativas para minimizar os impactos da crise internacional, seja por intermédio do governo em projetos de infraestrutura, seja por meio das empresas, no sentido de obter soluções duradouras e eficazes para aumentar o volume de trabalho e, conseqüentemente, a manutenção de postos de trabalho da empresa e *stakeholders*.

Grande parte dos executivos consultados compreende a importância de programas dentro da ótica da responsabilidade social; entretanto, infelizmente, a mesma parcela entende que, por vezes, manter as atividades de responsabilidade social envolve custos e regulações onerosas ou mesmo de caráter duvidoso. Em muitos casos, opta-se por programas relacionados à filantropia e não necessariamente a práticas sustentáveis.

BIBLIOGRAFIA

- FERREL, O. C. *Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos*. 4.ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.
- KUAZAQUI, Edmir. *Marketing internacional: desenvolvendo conhecimentos e competências em cenários globais*. São Paulo: M. Books, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR.
Balança comercial Brasileira de 2009. Disponível em: www.desenvolvimento.gov.br.
Acesso em 01 mai 2009.

RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos. São Paulo: M. Books, 2004.